
**AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: UMA ABORDAGEM DESDE A NOÇÃO
LUKACSIANA DE AUTONOMIA RELATIVA SUBSUMIDA À LEI DO VALOR
MARXIANA**

Maurício José Siewerdt
UFFS
mjsiewerdt@uol.com.br

Paulo Sérgio Tumolo
UFSC
tumolo@ced.ufsc.br

1

RESUMO: Nesse trabalho apresentamos algumas reflexões sobre o tema da autonomia universitária sob o enfoque da noção de autonomia relativa empregada por György Lukács. Entendemos o conceito de autonomia universitária, como dependente da relação entre a autonomia da Instituição e a de seu corpo docente, vale dizer, as tensões entre a autonomia exercida na universidade e a autonomia exercida pela universidade. Comprendemos que esses segmentos possuem agendas que ora se aproximam e ora se antagonizam. Como abordagem desse fenômeno, escolhemos como ponto de partida, apresentar alguns discursos sobre a autonomia universitária manifestos em documentos provenientes de fóruns representativos de diversas entidades e/ou instituições vinculadas às universidades européias e ibero-americanas. Em suas leituras, notamos ser recorrente, nesses documentos, o uso do termo autonomia universitária para a defesa do pensamento de que a autonomia universitária seria uma das propriedades necessárias da universidade mundial ao longo de sua história, isto é, como se constituísse parte de sua essência. A estes discursos sobre a autonomia universitária contrapomos a realidade histórica da prioridade ontológica da universalidade do ser do capital em relação à vontade das gestões de instituições de ensino superior - IES que subsistem, preponderantemente do ensino pago. Nessas condições, tem-se, portanto, a contraposição de uma situação de autonomia relativa, como a do conceito lukacsiano com o qual operamos, sobrepondo-se à vontade autonômica do sujeito moral kantiano. Para sustentar esses argumentos, neste trabalho, que lança mão de uma empiria resultante de uma pesquisa encerrada em 2010, procuramos demonstrar como instituições que contavam com o monopólio dos serviços educacionais em nível superior no Estado de Santa Catarina, Brasil, até os anos 1990, após esse período viram

o declínio no número de suas matrículas. Essas IES, possuidoras de um modelo de gestão verticalizado, e com seus professores submetidos às flutuações das demandas de mercado, a medida que se ampliou a concorrência de cursos superiores em instituições não universitárias, ao longo da primeira década do terceiro milênio, viram-se obrigadas à redução de seus quadros de professores. Com efeito, pretendemos argumentar que uma instituição que depende majoritariamente dos recursos provenientes das anuidades de seus alunos, há que ser, necessariamente, algum tipo de gestão que privilegie a autonomia de seus gestores em detrimento da de seus professores. Isto é, diante das flutuações do mercado, a gestão terá que contar com alguma margem flexível nos dispositivos de contratação e demissão do corpo docente. Sendo assim, ao subsistirem preponderantemente das anuidades de seus alunos, a autonomia universitária nessas IES pouco se diferencia das IES privadas mercantis. Concluimos afirmando que diante da Lei do Valor quaisquer IES nessas condições, necessariamente, se tornam reféns do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: IES Comunitárias; Autonomia Universitária; Lei do Valor.

Introdução

Em setembro de 1988 um importante documento era subscrito por reitores de universidades integrantes da União Europeia. Este documento, resultado de um encontro realizado na cidade de Bolonha, Itália, foi oficialmente intitulado *Magna Charta delle Università* (Università di Bologna, 1988). Deste destaque dois aspectos presentes no primeiro de seus princípios fundamentais:

A Universidade, no seio de sociedades diversamente organizadas, pelo fato das condições geográficas e do peso da história, **é uma instituição autônoma** que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino. Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ter, no seu esforço de investigação e de ensino, **uma independência moral e científica em face do poder político e econômico.** (Grifos meus)

Este princípio demonstra a preocupação dos signatários da Charta com a necessária independência da instituição em face dos interesses dos grupos detentores do poder nas sociedades civil e política. Cabe assinalar ainda, neste excerto, a ênfase na universidade como portadora de uma essência, qual seja, o fato histórico de que, ao longo de sua constituição, “a universidade é uma instituição autônoma”. O verbo é, para todos os efeitos, constitui-se no cerne da questão da ontologia, à medida que a questão ontológica passa pela interrogação quanto à constituição do ser enquanto ser. Em outras

palavras, supõem os signatários uma imanência ao longo da histórica da instituição “Universidade” como um ser portador da propriedade da autonomia.

No caso das universidades catarinenses do Sistema ACADEMIA, também o consultor jurídico da Associação, Collaço (1998), utilizando-se de Anísio Teixeira, parece partilhar das mesmas aspirações dos signatários da Charta:

Costumava insistir Anísio Teixeira que "educação e ensino só se conseguem com plena autonomia do aluno - porque ele realmente é que se educa". A partir do aluno, compunha o educador e pensador a tríade autonômica do processo educativo: "**autônomo tem de ser o aluno, autônomo tem de ser o professor, autônoma tem de ser a própria instituição**". E completava: "todos precisam sentir-se participantes e responsáveis, para que o processo educativo se faça autêntico e vital". (p. 16) (grifos meus)

3

Problematizaremos ao logo deste trabalho essas afirmações, a nosso ver, pretensamente ontológica a primeira, e idealista a segunda. Para esta finalidade, se torna necessário o entrecruzamento dessas afirmações com outra que já se apresenta como senso comum nas bandeiras de luta em prol da educação, qual seja, “a educação não é mercadoria”. Como exemplo disso podemos verificar a declaração extraída da Conferência Ibero-americana de Reitores e Responsáveis de Relações Internacionais, realizada em fevereiro de 2004 na Universidade de Santiago de Compostela na cidade homônima da Espanha, e que ficou conhecida como Declaração de Compostela (Apud. Universidade de Compostela, 2004). Deste documento extraímos e consideramos emblemático o excerto que segue:

A educação superior não é uma mercadoria, mas **um bem público** que contribui para a melhora da equidade e da qualidade de vida dos cidadãos, e a existência prévia de uma identidade ibero-americana deve servir como estímulo para reforçar a cooperação entre as instituições de educação superior européias e latino-americanas visando atingir esse objetivo. (Grifos meus)

Deste fragmento depreende-se a boa intenção dos participantes da Conferência em enfatizarem a necessária blindagem das universidades aos interesses do mercado com a máxima recorrente em muitos movimentos sociais que atuam na defesa do caráter público da educação de que a “educação superior não é uma mercadoria”, justamente, sublinham os signatários, por ser ela prioritariamente “um bem público”. E mais uma vez aqui podemos verificar a existência de duas afirmações pretensamente ontológicas: uma em proposição negativa (a educação não é uma mercadoria) e outra em proposição positiva (a educação é prioritariamente um bem público).

Notadamente, semelhantes afirmações também encontramos em Lückmann (2009), que se referindo ao Sistema ACADEMIA sublinha:

A criação da Unesco e das demais instituições do Sistema Acafe não ocorreu por iniciativa de particulares, com o objetivo de explorar a educação como se esta fosse um bem privado, mas por desejo das comunidades locais, representadas pelo poder público municipal, com a finalidade de oferecer **educação superior entendida como um bem público, não como um bem privado subordinado à lógica do mercado.** (Grifos nossos)(p. 376)

De fato, temos nestas duas últimas afirmações, como ponto comum, a defesa de que a educação superior, como bem público, deve transcender o campo de produção e circulação das mercadorias. No entanto, cabe uma indagação às afirmações até aqui apresentadas quanto ao caráter autônomo das universidades em conexão às que proclamam a possibilidade de estas instituições isolarem-se do mercado, especialmente aquelas que praticam o ensino pago como meio de subvenção ao funcionamento da instituição: seria possível uma determinada atividade social, como a produção e comercialização de serviços educacionais, fugir às leis inerentes às propriedades sóciometabólicas do Ser do capital simplesmente movida pela vigilância da volitividade moral autônoma de indivíduos e instituições?

Para argumentar no sentido de elucidar a questão acima, primeiramente situaremos historicamente o aparecimento do termo “autonomia” na literatura, e demonstraremos sua relação com o projeto civilizatório de afirmação da burguesia como classe social. Em segundo lugar apresentaremos o sentido desse termo em Lukács que o explora largamente em sua relatividade, demonstrando o caráter ilusório da autonomia dos sujeitos singulares em face ao ser social. Posteriormente apresentaremos alguns aspectos gerais das universidades comunitárias do Sistema ACADE no que diz respeito à sua constituição histórica e a crise que as alcançou a partir de fins dos anos 1990. Por fim procuraremos explicar, a partir da exposição de algumas propriedades básicas do ser do capital, e da lei do valor como centro dinâmico do movimento das forças produtivas, como a autonomia universitária (síntese da autonomia da e na universidade) das instituições que subsistem preponderantemente do ensino pago é impactada pelo mercado, refletindo sobremaneira na autonomia de seus professores.

Autonomia moral-volitiva versus autonomia relativa da consciência em relação ao ser

A inclusão do termo “autonomia” na literatura filosófica, e relativo aos indivíduos, remonta a 1788, quando Kant (1724 -1804) o insere em *Crítica da Razão Prática*. Schneewind (2001) dá a devida clareza do emprego deste conceito por Kant:

No cerne da filosofia moral de Immanuel Kant (...) está a declaração de que a moralidade se centra em uma lei que os seres humanos impõem a si próprios, necessariamente se proporcionando, ao fazê-lo, um motivo para obedecer. Os agentes que são desse modo moralmente autogovernados Kant chama de autônomos. (p. 527)

Depreende-se daí, que no idealismo transcendental kantiano a autonomia seria substrato mesmo da vontade dos indivíduos em emanciparem-se por meio da razão pura prática, onde, segundo Kant (2006, p. 43) residiria a liberdade porque “a autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres correspondentes a elas”.

O contexto que encontraria eco na introdução deste termo por Kant está profundamente circunscrito à ascensão da burguesia e seu ideário de suporte filosófico na consecução de seu projeto civilizatório e emancipatório das forças do Antigo Regime e/ou, como no caso da Alemanha ao tempo de Kant, do rompimento mesmo com as amarras dos resquícios feudais. Isto foi apontado por Rohrmoser (1977, p. 150), à medida que enfatiza que “hablar de autonomía humana no es sino una manía y la ideología que necesitaba la naciente era burguesa para suplantar el dominio feudal natural por la propia dominación racional, que se media por el mercado”.

Notadamente, e a partir daí, atravessando o século XIX e chegando aos dias atuais, o uso do termo “autonomia” passaria a ser um dos motes do liberalismo como doutrina que conjuga a liberdade de mercado com a ênfase na livre iniciativa. É pressuposto central da livre iniciativa a capacidade dos indivíduos, regidos pela vontade, criarem alternativas de desenvolvimento econômico, cujos reflexos propiciarão o bem-estar da sociedade em geral. Tendo a individualidade como fundamento último da liberdade, o liberalismo propugna o individualismo como pedra de toque do progresso da humanidade.

Em contraposição às manifestações sobre a autonomia universitária apresentadas na introdução deste trabalho, é que lançamos mão do conceito lukacsiano da autonomia relativa dos sujeitos singulares, e/ou mesmo coletivos, em relação ao ser social em sua processualidade histórica, já que para o realismo marxista a única forma de autonomia não relativa consiste na autonomia dos objetos em relação ao sujeito cognoscente. Isto

é, não é propriedade ontológica dos objetos serem conhecidos. A autonomia dos sujeitos singulares, mesmo que inconscientemente mergulhados na prática cotidiana, é, para Lukács (1984), sempre relativa a esta processualidade do ser social, exatamente por ser “a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na manutenção e no movimento da objetividade, em sua reprodução e seu desenvolvimento” (p. 3).

Para tornar mais clara a relativa independência autônoma dos indivíduos em relação ao ser social, Lukács lança mão do cotejamento entre as particularidades das três esferas ontológicas classificáveis na estruturação básica do mundo, a saber: as esferas do inorgânico, do biológico e a do ser social. Estas três esferas, com suas propriedades específicas e interconexões possíveis, constituem o universo básico do pensamento lukacsiano. Entretanto, é na esfera ontológica do ser social em seu desenvolvimento histórico, e no intercâmbio mediado pelo trabalho, com as duas outras esferas, e no interior da própria esfera do ser social, vale dizer, entre os sujeitos que produzem e se reproduzem que se centra o foco investigativo lukacsiano.

O ser social, afirma Lukács (1981, p. 59.), “tem como sua estrutura de fundo a polarização dos dois complexos dinâmicos que se colocam e se retiram continuamente no processo reprodutivo: o indivíduo e a própria sociedade”. Daí ser o ser social um complexo composto por complexos de mútua relação que estabelece com as insuprimíveis esferas do orgânico e do inorgânico (que estão no mundo e nele próprio) e, ainda, entre os indivíduos em sua crescente, embora desigual, socialidade. E a partir do problema ontológico quanto à estrutura do ser social em sua determinação reflexiva entre totalidade e parte, e tendo em conta o progressivo desenvolvimento cada vez mais complexo das formas sociais puras, é com base no pensamento marxiano que Lukács (1979) lança mão da crítica à ilusória autonomia dos indivíduos:

A crescente socialidade da vida humana suscita em alguns indivíduos a ilusão de serem independentes da sociedade, de existirem de algum modo como átomos isolados. Já o jovem Marx critica essa concepção dos jovens hegelianos radicais. Em outro texto, ele mostra como essa ilusão de autonomia dos indivíduos resulta da “casualidade das condições de vida para o indivíduo” na sociedade capitalista, em contraposição ao que ocorria no estamento, na casta, etc.; ou seja, mostra como mais uma vez se trata do reforçamento da específica autolegalidade das socialidades mais desenvolvidas, do recuo das barreiras naturais. (p. 85)

Esta ilusão é decorrente do desenvolvimento da percepção burguesa do mundo que carrega consigo, em razão da complexificação da socialidade humana, as bases para

o soerguimento de um mundo reduzido ao sujeito atomizado que percebe. Na ontologia lukacsiana, por sua vez, o termo autonomia aparece acentuadamente com caráter de relatividade histórica, e que é largamente utilizado pelo filósofo húngaro para tratar de uma ruptura com as diversas ontologias precedentes.

É desde aí, portanto, que Lukács esboça uma crítica frontal ao idealismo que compreende o processo cognoscitivo independente da essencialidade do processo econômico. Afirma ele (1979, p. 37) que “se não se tem constantemente presente a dependência real ao ser, pode levar a ilusões idealistas; de fato, é o próprio processo cognoscitivo que – se considerado em seu isolamento e como algo autônomo – contém em si a tendência à autofalsificação”. E isto ocorre porque “as legalidades objetivas do ser social são indissolúvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma coercitividade social que é independente de tais atos” (idem, p. 84). Desse modo, a autofalsificação é aqui decorrente, no campo da filosofia, e desde o individualismo burguês, de uma epistemologia idealista que toma a volitividade como categoria central da racionalidade do indivíduo que teria aí corroborada sua autonomia, a exemplo do que propugna o idealismo transcendental kantiano.

A nosso ver, o projeto lukacsiano de recuperação da ontologia reside, sobretudo, em um esforço visando abalar as crenças no individualismo burguês. É necessário acrescentar, todavia, que o sistema de pensamento lukacsiano, como síntese e desenvolvimento da própria ontologia marxiana, trata, com efeito, de apresentar, no plano ontológico, o próprio desenvolvimento do capitalismo como um complexo, como uma totalidade, e em cujo centro encontra-se a lei do valor, porque, segundo Lukács (1979, p. 88):

Na própria lei do valor, domina aquela forma de universalidade, síntese de atos individuais, que determina o tipo, a direção, o ritmo, etc., do desenvolvimento social. O homem singular, por isso, não pode rebelar-se contra ela, sob pena de sua própria ruína; sua revolta, melhor dizendo, converte-se com grande facilidade numa grotesca caricatura quixotesca.

É importante esclarecer aqui que não se trata de nenhuma postura imobilista, mas elucidativa quanto à impraticabilidade de movimentos isolados de rupturas no interior da ordem capitalista. Talvez o exemplo mais clássico disto seja o fracasso do socialismo utópico de Robert Owen expresso no insucesso da comunidade de New Harmony.

Com efeito, o movimento universal da processualidade da esfera do ser social em sua fase capitalista, e não obstante o desenvolvimento desigual dos sujeitos singulares e das nações relega, a estes mesmos sujeitos, e às nações e suas instituições, à implacável subordinação à lei do valor, legalidade capturada por Marx (1989, p. 53) sobre a progressiva diminuição do trabalho socialmente necessário, que assim a expressa:

Uma quantidade maior de valor-de-uso cria, de per si, maior riqueza material. [...] Não obstante, ao acréscimo da massa de riqueza material pode corresponder uma queda simultânea no seu valor. [...] Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece, sempre, a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo, gera quantidades diferentes de valores-de-uso: quantidade maior, quando a produtividade aumenta, e menor, quando ela decai. [...] A mesma variação da que acresce o resultado do trabalho e, em conseqüência, a massa dos valores-de-uso que ele fornece, reduz a magnitude do valor dessa massa global aumentada, quando diminui o total do tempo do trabalho necessário para sua produção.

Nessa perspectiva dada pelo desenvolvimento das forças produtivas, o homem singular tem, sob essa condição, a sua autonomia mais uma vez relativizada. E a tem efetivamente relativizada em razão de que a variação da produtividade é determinante para a compreensão da magnitude do valor da mercadoria produzida. Isto é, à medida que o mercado pode ser compreendido como o tempo social universal de produção de mercadorias se manifestando como categoria central das relações sócias capitalistas, é possível supor, com base nessa legalidade proposta por Marx, que menos a vontade de sujeitos singulares e mais a autonomia da mercadoria acaba por determinar o movimento de indivíduos e organizações de caráter capitalista.

A ACAFE e sua crise em meio ao enigma do mercado capitalista

Como fenômeno emergente a partir da década de 1960 em Santa Catarina, o modelo predominante de expansão da oferta de formação em nível superior, no interior deste Estado, assumiria uma face distinta dos demais modelos de expansão adotados em outros Estados da União. A alternativa encontrada pela classe dominante catarinense para a reprodução da força de trabalho em nível superior foi por meio do ensino pago em instituições municipais fundacionais de direito privado que tiveram seus patrimônios constituídos totalmente com recursos públicos. Posteriormente, e isto era tese corrente em Santa Catarina nos anos de 1970, essas Instituições de Ensino Superior deveriam fazer valer, *stricto sensu*, a prerrogativa da autonomia de gestão financeira e patrimonial

presente na LDB 4024/61. Em outras palavras, as IES fundacionais catarinenses deveriam manter-se por meio da autonomia na captação de recursos, ou seja, o ensino pago foi considerado pelo poder público a forma mais adequada para a manutenção financeira das instituições, enquanto o vínculo laboral de professores com essas universidades se daria mediante o regime celetista, e sob forte centralização administrativa, já que isto iria ao encontro do modelo de gestão privada, e tão mais próximas às instituições subordinadas ao direito civil.

Entretanto, até meados da década de 1990, as mencionadas instituições puderam experimentar, diante da grande demanda reprimida por formação em ensino superior, as vantagens do monopólio na oferta de seus serviços de formação em nível superior em suas regiões de abrangência. Porém, a partir daí, o panorama começa a mudar em Santa Catarina. Com a ampliação, no Brasil, das políticas neoliberais de Estado mínimo, em curso desde fins da década de 1980, e isto somado à massiva campanha midiática com ênfase nas crenças que positivam o mercado como eixo regulador das relações sociais, inclusive com o próprio CNE passando a conceder autorização para o funcionamento de IES particulares em um grau como nunca antes se havia visto, as fundações municipais começam a experimentar a realidade de uma sociedade de livre mercado. Somente em SC, entre os anos 2000 e 2008, enquanto as universidades do Sistema ACADE tiveram um refluxo nas matrículas no ano de 2008 (115.294), se comparado ao seu auge em 2005 (126.875), as IES particulares, por sua vez, apresentaram, neste mesmo período, uma expansão de 1.306%, isto é, saltaram de 9.298 matrículas, em 2000, para 121.500 matrículas em 2008, o que é abaixo representado graficamente.

Comparativo da evolução do número total de matrículas nas Universidades do Sistema ACADE, nas Universidades gratuitas e nas IES particulares no Estado de Santa Catarina

| IES | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| UFSC | 16363 | 17111 | 18632 | 18710 | 18949 | 18852 | 21589 | 25737 | 24157 |
| UDESC | 5484 | 5682 | 5721 | 5978 | 18869 | 17309 | 11791 | 12851 | 10408 |
| USJ | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 120 | 240 | 707 | 283 |
| Total gratuito | 21847 | 22793 | 24353 | 24688 | 37818 | 36281 | 33620 | 39295 | 34848 |

Fonte: SIEWERDT, 2010, pg. 171.

Notadamente, sobre isso, SIEWERDT (2010, pg. 4) é enfático ao afirmar que Apesar dos argumentos dos defensores deste modelo de que essas instituições possuem uma estrutura administrativa que permitiria a ampla participação da comunidade acadêmica, o que caracterizaria as suas gestões como democráticas, o resultado dos números apresentados acima foi o aumento das demissões de professores em tais universidades ao longo do ano de 2008 e, mesmo assim, muitas delas vêm acumulando dívidas que alcançam volumosas cifras.

Para corroborar esta afirmação, tramitou desde 2013 na Câmara dos Deputados o PL 6.809, com a relatoria do Deputado Pedro Uczai do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, e transformado na Lei Ordinária 12989/2014 seu teor permite a remissão do Imposto de Renda das Universidades mediante contrapartida de bolsas de estudo integrais. Durante a tramitação do PL argumentava o Deputado em entrevista concedida ao periódico Portal do Contestado em 20 de março de 2014 que “todas as dívidas tributárias para com o Governo Federal poderão ser 90% transformadas em bolsas de estudo, somente 10% pago ao governo; e todas as universidades comunitárias que tem dívidas com o imposto de renda serão perdoadas. Estamos falando de um perdão de R\$ 1 bilhão”.

Diante do exposto, notadamente argumentam ainda os apologistas do modelo que sua defesa se justificaria pela maior agilidade, flexibilidade e com menor custo em relação às demandas da sociedade, se comparadas às das instituições públicas stricto sensu.

Por outro lado, é importante destacar, como é comum às gestões de empresas sob a lógica de mercado, ocorreu uma intensificação do trabalho, com a retirada de direitos trabalhistas e a utilização de alternativas tecnológicas de aumento da produtividade como a introdução de ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação - TICs nos processos de trabalho e a crescente customização de seus serviços. O uso dessas ferramentas vai desde a expansão das modalidades de educação à distância - EaD até a inclusão dos sistemas de intranet, dispositivo que estendeu ao professor tarefas que anteriormente eram função dos quadros técnico-administrativos. Tais estratégias contribuíram significativamente para que a carga de trabalho dos professores se ampliasse ainda mais para fora da universidade e em qualquer tempo. Mas porque teria isto ocorrido nessas instituições? Teriam elas entrado em crise e,

consequentemente, demitido alguns professores e, aos que permaneceram, intensificado a jornada de trabalho, simplesmente vitimados por um suposto desvio de conduta moral na gestão “autônômica” de seus administradores?

O ser do Capital: suas propriedades básicas, a mercantilização dos serviços educacionais e a Lei do valor

Marx ocupou grande parte de sua vida buscando compreender as leis que regem o fenômeno do capital. Ele captura essas legalidades imanentes do complexo do capital, desde a sua conformação primitiva ainda nos séculos XV e XVI, quando compreende que no movimento do capital não somente está embutida a expropriação do trabalhador, mas também a própria expropriação do capitalista pelo capitalista:

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (Marx, 1989, p. 881)

E, fundada nesse pressuposto, a lógica do capital em sua atualidade, requer a sua compreensão genética e do seu desenvolvimento. Desde os estertores do medievo, o então modo de produção capitalista nascente já guarda, em sua forma embrionária, as propriedades sem as quais este não existiria. E essas propriedades necessárias podem ser compreendidas, primeiramente, pelo fato de que, segundo Marx (1989, p. 829),

duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contacto: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. (...) Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista.

Resulta daí que as IES em questão ao flexibilizarem as relações de trabalho em razão de uma suposta eficiência na racionalização de custos em uma lógica de mercado competitivo, por um lado, e, por outro, proclamarem os professores como participantes na gestão da instituição, a manifestação de uma contradição diante do movimento do ser do capital, que pode ser mais bem compreendida nas palavras de Mézàros (2002, p. 27-28):

O capital, como poder alienado de tomada de decisão, não pode funcionar sem tomar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) em cada unidade produtiva,

pelos complexos produtivos rivais do país, em nível intermediário ou, na escala mais abrangente, pelo pessoal de comando de outras estruturas internacionais concorrentes. É por isto que o modo de tomada de decisão do capital – em todas as variedades conhecidas ou viáveis do sistema do capital – há forçosamente de ser alguma forma **autoritária** de administrar empresas do topo para a base. Entende-se, portanto, que toda conversa de dividir o poder com a força de trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade (...) conseqüentemente, numa situação de conflito importante, nenhum capital nacional em particular pode se permitir, nem tem condições de sustentar, uma posição de desvantagem em conseqüência de decisões que pudessem favorecer uma força de trabalho antagônica no país e, por implicação, seu próprio concorrente capitalista no país.

Com efeito, as instituições da ACAFE não tem como finalidade a produção de capital. Isto, no entanto, não lhes subtrai de adentrar à lógica de sua administração ser determinada pela produção e venda de mercadoria (valor), na concorrência com outros vendedores da mesma mercadoria. É desde aí que esta apreensão do ser do capital por Mézàros atinge em cheio os discursos que vêm desfraldando a bandeira “educação não é mercadoria”. Afinal, admitindo-se que possamos trocar uma suposta mercadoria ensino por uma mercadoria dinheiro, é possível este intercâmbio particular escapar à lógica das relações mercantis em geral?

Lei geral, toda instituição subordinada às leis de mercado deve possuir receita maior que as despesas. E, desse modo, elas devem obedecer à mesma estrutura lógica de Composição Orgânica do Capital como qualquer outra empresa privada em sentido estrito, isto é, estará submetida a uma condição de ter que rivalizar concorrencialmente com outras empresas e de suas forças produtivas entre si.

No exame desta questão, é preciso ter em conta, primeiramente, que o capitalista entra no processo de valorização de sua aplicação original, ou seja, a riqueza de que dispunha anteriormente, investindo na compra de duas mercadorias: meios de produção (capital constante) + força de trabalho (capital variável); acrescente-se que a variação inter-relacional física de ambos é o que determina a Composição Orgânica do Capital. Ao colocar em ação a aplicação de força de trabalho sobre/em seus meios de produção (terra, tecnologia, fábrica, matérias-primas etc.), obterá, ao final deste processo, uma determinada mercadoria resultante da atividade humana sobre os meios de produção de que dispunha. Parte do valor dessa mercadoria produzida (valor da mercadoria aqui entendido como a média do tempo necessário para a sua produção) é o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, isto é, o trabalho necessário para que o trabalhador se produza e se reproduza e que determina o valor de sua força de

trabalho. A outra parte do valor dessa mercadoria é a soma do valor correspondente ao repasse do trabalho morto inscrito nos meios de produção, mais o trabalho excedente do trabalhador e do qual uma fração é apropriada pelo capitalista. Com efeito, no modo de produção capitalista, tudo potencialmente pode converter-se em mercadoria, inclusive a força de trabalho dos professores. Desse modo, o professor para subsistir em meio ao mercado capitalista, vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho. E a mercadoria que o professor vende é a sua força de trabalho.

Por outro lado, como o que ocorre com todas empresas dos diversos setores da economia capitalista, as IES ACAFE encontram-se diante da lógica inerente a todas as demais, ou seja, a de terem que investir capital na compra de força de trabalho e nos meios de produção, por um lado, e, por outro, a de terem de vender os produtos de seus serviços por um preço que resulte em um superávit que propicie novos investimentos em insumos. Entretanto, este preço não pode exceder em muito os demais praticados pelos concorrentes intrassetoriais. Ocorrendo uma majoração de preços na venda de seus serviços, os seus clientes-alunos tenderão a migrar para uma instituição concorrente.

As instituições que vendem tal tipo de serviço, no caso brasileiro, possuem distintas planilhas de custos relativas à categoria administrativa onde estão inseridas, segundo o Art. 12 do Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, que determina o seguinte:

“As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

I - faculdades;

II - centros universitários; e

III - universidades.”

Desse modo, e segundo as prerrogativas e atribuições concernentes a cada uma destas categorias, as IES que pretendem manter o status de Universidade, diferentemente dos Centros Universitários e Faculdades, são obrigadas a manter, como atividade inerente a sua condição, o instituto da pesquisa, e ainda cursos em nível de Pós-graduação stricto sensu. Desse modo, as planilhas de custos das universidades devem contemplar necessariamente horas destinadas aos docentes que eventualmente desenvolvam pesquisa e/ou extensão, bem como toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de tais atividades. Como a origem das receitas é preponderantemente oriunda das mensalidades pagas pelos alunos, parte desses recursos é deslocada dos cursos de graduação para a manutenção destas outras atividades não diretamente

relacionadas com o ensino. Isto já foi apontado por Esteves (2007) para a particularidade da concorrência entre as IES fundacionais ACAFE e as IES particulares instaladas em SC:

Na disputa por esse crescente e valorizado mercado, os dados apontam para o crescimento acelerado do segmento de instituições Privadas Particulares que ofertam cursos nas áreas de maior demanda do mercado e praticam preços competitivos por estarem focados apenas na atividade de ensino. Essas organizações não incorrem em gastos com atividades de pesquisa e extensão, que exigem altos investimentos, de forma sistemática, em infra-estrutura e pessoal para operação de laboratórios e unidades de pesquisa e serviços que têm que ser sustentados com a mensalidade paga pelos alunos. (p. 38)

É justamente aqui que adentra a zona de tensão que indica o conflito contraditório entre as IES particulares, que somente arcam com os custos de manutenção do ensino, e as IES universitárias ACAFE, que, por necessitarem desenvolver o tripé pesquisa, ensino e extensão com recursos majoritariamente alocado das mensalidades do corpo discente, acabam, essas últimas, arcando com maior ônus para a efetivação de suas atividades, e, desse modo, inadvertidamente, se confrontando com a lei do valor como contradição a ser resolvida. Ou seja, como lei da minimização do tempo de trabalho abstrato – trabalho abstrato aqui entendido como produtor de valor de troca –, a lei do valor, nesta especificidade, se explica pela necessidade permanente que se apresenta às empresas concorrentes em reduzirem os seus custos de produção aumentando, portanto, a sua produtividade.

Como pode ser percebida aqui, a Lei do valor sempre se manifesta como uma relação mediada pelo tempo. Daí porque quando trata da divisão social do trabalho, Marx (1989) apresenta a explicação para esta categoria definindo que “a lei do valor das mercadorias determina quanto do tempo global de trabalho disponível a sociedade pode despende para produzir cada espécie de mercadoria” (p. 408). Ou ainda, consideremos a complexa síntese da lei do valor realizada por Mandel (1982), a partir da obra marxiana, que assim a expõe no glossário de seu *O capitalismo tardio*, definindo-a como

o mecanismo econômico de uma sociedade de produtores privados que distribui a força de trabalho total à disposição da sociedade (e assim todos os recursos materiais necessários à produção) entre os vários ramos de produção, pela mediação da troca de todas as mercadorias por seu valor (por seus preços de produção, no modo de produção capitalista). Sob o capitalismo, essa lei determina o padrão de investimento – isto é, a entrada e saída de capital dos diversos ramos de produção, segundo desvio de sua taxa de lucro específica relativamente à taxa média de lucro. (p. 413)

Vemos aqui, portanto, que Marx e Mandel se reportam ao conceito de trabalho social na especificidade do modo capitalista de produção. Isto é, como no capitalismo o valor das mercadorias resulta de uma relação indireta entre todos os tempos necessários para a produção de todas as mercadorias que se trocam por seus valores, é que se diz deste intercâmbio mediado ser realizado pela ação dos indivíduos que entram neste processo com sua força de trabalho como mercadorias que produzem para, na forma de trabalho abstrato, adquirirem outras mercadorias. Isto é, como modo de dominação abstrato e objetivo, no capitalismo os indivíduos (sua própria força de trabalho aí compreendida como uma mercadoria posta à venda) entram no processo de produção e troca de mercadorias impelidos constantemente a diminuir o trabalho necessário para a produção de toda e qualquer mercadoria, resultando daí a queda no valor do produto, o que em termos capitalistas é caracterizado como aumento da produtividade. Entretanto, ao indivíduo ou empresa que necessita continuar subsistindo no mercado mantendo os níveis de produtividade compatíveis com o parâmetro de atualização tecnológica em relação aos seus concorrentes, não restará alternativa a não ser avançar o espaço do sobre-trabalho.

Ora, tendo em conta que as IES aqui examinadas necessitam de receita maior que a despesa que geram, ou superávit, e considerando ainda que tanto as IES fundacionais quanto as IES particulares são parte integrante de uma sociedade de produtores “privados”, decorre daí que elas participam ativamente do processo de distribuição da força de trabalho total à disposição da sociedade entre os vários ramos de produção, pela mediação da troca de todas as mercadorias por seu valor. Resulta, então, que, como o que determina o valor da mercadoria é a média do tempo socialmente necessário para a sua produção, a IES que entrar no mercado com um produto que tiver menor tempo total de trabalho nele empregado (o que implica imediata queda no valor dos serviços oferecidos), e considerando-se ainda que o preço é a expressão monetária do valor, poderá tal instituição praticar um preço menor que as suas concorrentes.

Por tempo total de trabalho compreende-se o volume total de trabalho despendido em todos os setores de uma determinada instituição para que os seus produtos sejam materializados. Desse modo, se considerarmos uma determinada IES, teremos que, para que esta apresente como produto final os seus serviços (ensino,

pesquisa e extensão), deverá estruturar uma planilha de custos que, grosso modo, dê conta de cobrir o custeio de pessoal e demais despesas de caráter geral e administrativas, aí incluídos os gastos com manutenção da estrutura física da instituição, bem como com recursos pedagógicos marginais (bibliotecas, laboratórios, hospitais escolas etc.). Desse modo, se considerarmos comparativamente as IES universitárias ACAFE em relação às particulares, teremos que o rateio dos custos a serem repassados aos alunos se apresentará diferentemente entre ambas. Isto é o que sublinha Bahiense (apud Esteves, 2007, p. 39) ao indicar que “comparando os custos das Universidades com as Instituições não universitárias, as IES não-universitárias têm um custo operacional unitário em torno 45% dos custos operacionais das instituições universitárias, o que equivale dizer que é menor em, aproximadamente, 55%”.

Assim, e desde a lógica de como se manifesta a lei do valor trabalho, é possível deduzir que esta diferenciação de custos operacionais tem profunda relação com o fato de que, ao final do processo de produção da mercadoria serviços educacionais para os clientes-alunos das IES ACAFE, tal produto terá embutido em seu preço mais tempo de trabalho humano nele encerrado do que as faculdades particulares que somente praticam o ensino. Dessa forma, o que ocorre atualmente na concorrência entre as universidades e as IES não universitárias no mercado de prestação de serviços educacionais é um desequilíbrio em razão das distintas atribuições determinadas pela legislação em vigor para cada uma delas.

Considerações finais

Diante das evidências apresentadas, as instituições aqui examinadas necessitam balizarem seus planejamentos desde uma lógica de mercado. Isto é, por mais que queiram seus dirigentes o desenvolvimento das instituições que gestam rumo a um modelo de universidade calcado nos padrões das melhores universidades mundiais, ficam eles, entretanto, subordinados à prioridade ontológica da Lei do valor em relação as suas vontades, desafiando-os cotidianamente à diminuição do valor das “mercadorias” que administram em seu processo de produção e distribuição que, arriscamos afirmar, sejam, especialmente, os serviços educacionais.

Procuramos demonstrar, ao logo deste trabalho, o equívoco das afirmações relativas à suposta autonomia histórica das Universidades. Especialmente em razão de

que a pretensão de uma blindagem aos assaltos de interesses externos, ou mesmo interna, à independência moral e científica de seu corpo profissional no que diz respeito à realização da autonomia, no sentido kantiano do termo, não é o resultado da luta por sua essência. A essência mesma da universidade é a contradição que está presente na sua formação histórica. E isto fica mais claro à medida que cotejamos a afirmação relativa à suposta essência autonômica dessa instituição, com recentes preocupações advindas de diversos fóruns que, como vimos, têm debatido a relação entre a universidade e o mercado.

Finalmente, uma hipótese para a crise ainda enfrentada por essas instituições, é a de que resulta da “escolha”, pela burguesia regional e local, de administrar a educação superior em SC pelo modelo da moderna empresa integrada, flexível e com gestão centralizada. Com efeito, este modelo de gestão torna inexecutável a participação no processo educativo da parte de professores que se proponham resistir ao pragmatismo didático-pedagógico, científico e customizado em curso na ordem do dia das recomendações do capital; e certamente isso se dá haja vista tal processo ser conflitivo porque político, porque econômico-político, em uma sociedade marcadamente de classes, não só na esfera do local e do regional, tampouco isoladamente determinado pela esfera global, mas numa relação entre o universal e o particular, e que mutuamente se complementam atingindo heteronomicamente a volitividade de indivíduos e instituições.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ACAFE. Boletim estatístico do Sistema ACAFE. Disponível em: <http://www.afe.org.br/new/index.php?endereco=boletim/index.php> . Acesso: 20/06/2009.

AMPESC. Encontro de diretores das instituições privadas de educação superior do Estado de Santa Catarina: Educação Superior e a Parceria Público-Privada. Florianópolis/SC, 23 de maio de 2007. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1218140031.pdf . Acesso: 20/09/2009.

BRASIL/Presidência da República. Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79. Acesso: 24/08/2012.

CARDOSO, J. L. DS entrevista – com Aílton Soares e Salésio Herdt. In. Diário do Sul, 22 de março de 2009.

COLLAÇO, F. R. Inovações Normativas no Sistema de Educação Superior do Estado de Santa Catarina. In. ACAPE. <http://www.acefe.org.br/newpage/index.php?endereco=conteudo/educacionais/ano1n2agosto1998/caderno.html> . Acesso: 06/03/2007.

CONTEE. Educação não é mercadoria. Revista de divulgação da campanha. Brasília/DF: CONTEE, 2008.

CORREIO LAGEANO. Uniplac busca meios de acabar com a crise. Lages, SC, 20 de nov. de 2008.

ESTEVES, P. C. L. Fatores determinantes de mudanças na estrutura competitiva do sistema de ensino superior de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

JORNAL IMPACTO. A crise da Univali é culpa do Morastoni ou do Provesi? 25 de Junho de 2008. Disponível em: <http://impactosc.blogspot.com/search?q=A+crise+UNIVALI> . Acesso: 25/05/2009.

LUKÁCS, G. Para a Ontologia do Ser Social: introdução. [Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins: einleitung]. Trad. Mário Duayer. Einleitung. Darmstadt: Luchterhand, 1984. Versão preliminar.

_____. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Para a Ontologia do ser social: a reprodução. [Per una Ontologia dell'Essere Sociale: la riproduzione]. Trad. Sérgio Lessa. Roma: Editori Riuniti, 1981.

_____. Para a Ontologia do ser social: o trabalho. [Per una Ontologia dell'Essere Sociale: il lavoro]. Trad. Ivo Tonet. Roma: Editori Riuniti, 1981.

LÜCKMANN, L. C. Universidade do Oeste de Santa Catarina: sua inserção no processo de desenvolvimento regional. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.. O Capital - Crítica da Economia Política. L. 1: O processo de produção do capital, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

PORTAL DO CONTESTADO. Deputado Pedro Uczai tem relatório sobre passivos de Universidades aprovado por duas comissões. Curitibanos, SC, 20 de março de 2014. Disponível em: <http://www.portaldocontestado.com.br/noticia/geral/deputado-pedro-uczai-tem-relatorio-sobre-passivos-de-universidades-aprovado-por-duas-comissoes.html>. Acesso: 15/07/2014.

RABASSA, M. Crise financeira na Unesc? In: Içara News, Içara, SC, 04 de agosto de 2009.

ROHRMOSER, G. Autonomia. In: KRINGS, H. et all. Conceptos fundamentales de filosofía. V.1. Barcelona: Editorial Herder, 1977.

SCHNEEWIND, J. B. A invenção da autonomia. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

SIEWERDT, M. J. Instituições de ensino superior do Sistema ACAFE e autonomia universitária: o trabalho docente nos (des) encontros entre o proclamado e a práxis. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

WASSOASKI, E. Mesmo com 50% das vagas ociosas, UnC supera crise. Jornal Correio do Norte. Canoinhas, SC, 27 de mar. De 2009.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Declaração de Compostela. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2004. Disponível em: www.usc.es/gl/gobierno/reitoria/iberoam.html . Acesso: 25/05/2009.

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA. Magna Charta delle Università. Bologna: Università di Bologna, 1988. Disponível em: <http://www2.unibo.it/avl/charta/charta.htm>. Acesso: 02/09/2009.